

PARECER TÉCNICO RELATIVO AOS IMPACTOS NA QUALIDADE DO
ETANOL COMBUSTÍVEL PELA VENDA DAS USINAS PRODUTORAS
DIRETAMENTE AOS POSTOS DE ABASTECIMENTO

Professor Dr. Luiz Antonio d'Avila - D. Sc,

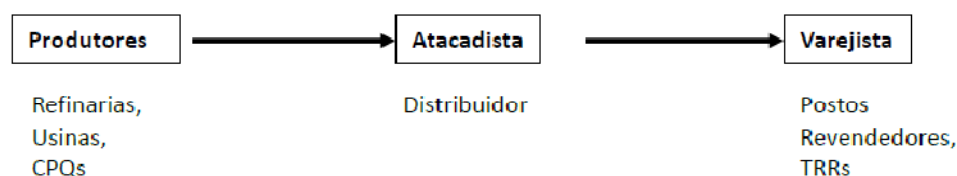
Químico (1970) e Doutor em Química Orgânica (1985) pelo Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde foi Professor (1972-1999). Aperfeiçoamento/Especialização no Laboratoire de Chimie Analytique Physique, na École Polytechnique, França (1980-1982); "Expochim en Genie Chimique" na École Nationale Supérieure des Industries Chimiques (1987) e em Cromatografia Preparativa Industrial, na Prochrom, França (1987 e 1993). Desde 1999 na Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde foi Vice (2002-2006), Diretor (2006-2009), atualmente Professor Titular do Departamento de Processos Orgânicos - Consultor em Propriedade Industrial no segmento químico e farmacêutico desde 2000. Coordenador do LABCOM - Laboratório de Combustíveis, Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, da Escola de Química da UFRJ, responsável pelo Monitoramento da Qualidade de Combustíveis nos estados do Rio de Janeiro (desde 1999) e Espírito Santo (desde 2016) no âmbito do PMQC- Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis da ANP

Trata-se de **avaliar os impactos na qualidade do etanol hidratado combustível**, diante da proposta constante do Projeto de Decreto PDC no 916/2018, em tramitação na Câmara dos Deputados, que pretende alterar o artigo 6º da Resolução ANP no 43 de 22 de dezembro de 2009, instituindo a possibilidade da venda direta de etanol hidratado de Produtor para Posto Revendedor, atendendo à Tomada Pública de Contribuições da ANP, sobre a Venda direta de etanol.

1. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS BRASILEIROS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS COM A PARTICIPAÇÃO DAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS

De acordo com recente avaliação realizada pela ANP no “Seminário de Avaliação do Mercado de Combustíveis 2018 (ano Base 2017) ”, a qualidade dos combustíveis brasileiros é demonstrada pelo altos índices de conformidade dos combustíveis dos últimos 10 anos, ilustrados pelos resultados de 2017, onde foram: para gasolina (98,3%), para óleo diesel (96,6 %) e etanol hidratado combustível (98,1%).

Estes resultados consagram o modelo vigente da cadeia de combustíveis, composta pelo indispensável tripé produtor---- distribuidor ---- posto revendedor.



O mercado de combustíveis tem sido altamente suscetível a fraudes e, particularmente envolvendo etanol, por ex, o que foi denominado na época de “álcool molhado” (adição de água ao etanol anidro para posterior venda como etanol hidratado combustível) e, mais recentemente, adulteração de etanol anidro e hidratado com metanol. A atual estrutura, com a participação das distribuidoras e com o arcabouço regulatório definindo responsabilidades compartilhadas entre produtores e distribuidores, tem sido capaz de superar as

tentativas de fraude e assegurar a qualidade do etanol hidratado combustível, conforme demonstram os altos índices de conformidade.

Este modelo tem sido bem sucedido demonstrando que as atribuições dos distribuidores são imprescindíveis, não devendo portanto serem suprimidas, o que poderia colocar em risco a integridade do modelo em vigor, que tem assegurado padrões de qualidade aos combustíveis brasileiros entre os melhores do mundo.

As exigências de análises complementares e emissão dos respectivos Boletins de Conformidade pelos distribuidores, ao longo da cadeia de combustíveis, como será analisado em seguida, decorrente da Resolução ANP Nº 19, de 15.4.2015, tem se mostrado indispensável, evidenciado pelas já citadas evidências da qualidade dos combustíveis.

Independentemente dos aspectos logísticos e tributários decorrentes da mudança proposta, cujos impactos tem sido objeto de diversas análises críticas, cabe observar que, sob o ponto de vista do impacto na qualidade do etanol hidratado combustível, caso a venda direta das Usinas seja autorizada, a elas devem ser transferidas todas as atuais atribuições dos distribuidores, no que se referem à qualidade do produto, de forma que os riscos de insucesso sejam minimizados.

Como veremos a seguir, o arcabouço regulatório estabelecido pela ANP é bastante baseado na presença e atuação dos distribuidores, o que tem viabilizado a garantia de qualidade dos combustíveis em toda a cadeia, demonstrando capacidade de fazer frente às tentativas de adulteração e comprometimento da qualidade. As obrigações e responsabilidades atribuídas atualmente aos distribuidores caracteriza-os com importantes elos da cadeia, que une os produtores aos postos de abastecimento, distanciando-os de uma atuação como simples intermediários ou “atravessadores”.

Para ilustrar o papel de destaque das distribuidoras, reportamo-nos ao recente episódio da adulteração do etanol anidro (afetando a gasolina C) e do etanol hidratado combustível, pela adição de metanol.

Na busca de soluções aplicáveis no campo, capazes de detectar a fraude in loco, houve uma intensa mobilização promovida pela ANP, através de diversas reuniões sob forma de teleconferências, com destacada e intensa participação de diversos distribuidores, na avaliação de kit comercialmente disponível para detecção de adulteração por metanol. Os esforços desenvolvidos culminaram com a aceitação do referido kit, que tem contribuído para minimizar a fraude.

Destaque também às espontâneas iniciativas de várias distribuidoras com programas permanentes de qualidade, viabilizados através de laboratórios móveis, que circulam nas suas respectivas redes de postos de abastecimento, verificando in loco a integridade e qualidade de seus combustíveis,

2. AVALIAÇÃO DO ARCABOUÇO REGULATÓRIO RELATIVO À GARANTIA DE QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS, NOTADAMENTE ETANOL HIDRATADO COMBUSTÍVEL

Uma avaliação de alguns dos aspectos do arcabouço regulatório relativo à qualidade do etanol hidratado combustível, na suposição da venda direta das Usinas aos postos de abastecimento, faz-nos constatar a importância atribuída pela ANP aos distribuidores na cadeia da qualidade, haja vista as inúmeras obrigações, compromissos e responsabilidades a eles atribuídos.

A RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 15.4.2015, dispõe, no seu Art 1º, sobre as especificações do Etanol Anidro Combustível e do Etanol Hidratado Combustível, contidas no Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução, e sobre **as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional.**(grifos nossos)

Dispõe, no seu **Art. 4º** que o Fornecedor de Etanol Combustível fica obrigado a garantir a qualidade do Etanol Combustível a ser comercializado em todo o território nacional e a **emitir o Certificado da Qualidade a cada batelada a ser comercializada**, cujos resultados dos ensaios realizados em amostra representativa deverão atender aos limites estabelecidos nas

especificações constantes da Tabela V do Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução.

No **Art. 5º** o Fornecedor de Etanol Combustível e Operador deverão manter, em local protegido de luminosidade e de aquecimento, duas amostras-testemunhas de um litro cada, representativas do Volume Certificado (quantidade segregada de produto em um único tanque), caracterizada por Certificado da Qualidade, devidamente identificadas com o número do Certificado da Qualidade e de seu respectivo lacre.

§ 2º Cada amostra-testemunha deverá ser armazenada em recipiente de vidro ou de polietileno de alta densidade (PEAD), opaco ou translúcido de cor âmbar, de um litro de capacidade, com batoque e tampa plástica.

§ 3º O recipiente indicado no § 2º deste artigo deverá ser lacrado, com lacre de numeração controlada, que deixe evidências no caso de violação.

§ 4º Deverão ficar à disposição da ANP para qualquer verificação julgada necessária:

I - as amostras-testemunhas, pelos prazos mínimos de 2 (dois) meses, a contar da data de saída do produto das instalações do Fornecedor de Etanol Combustível e do Operador, conforme o caso, e de 3 (três) meses, a contar da data de comercialização do produto, quando se tratar de produto importado;

II - o Certificado da Qualidade, acompanhado dos originais dos Boletins de Análise utilizados na sua composição, quando for o caso, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de saída do Etanol Combustível das instalações do Fornecedor de Etanol Combustível e do Operador, conforme o caso, ou da comercialização do produto no caso de importação.

§ 5º O Certificado da Qualidade deverá ser obrigatoriamente rastreável às suas respectivas amostras-testemunhas.

Com a segmentação decorrente na venda direta das Usinas produtoras de etanol hidratado combustível aos cerca de 40 000 postos de abastecimento no Brasil, haverá um inevitável e expressivo aumento desta atividade para as Usinas, acrescida daquelas previstas no art 5º, que prevê a armazenagem das respectivas amostras testemunhas, se comparadas com a venda para os cerca de 150 distribuidores.

O seu Art 8º ,dispõe sobre as Obrigações do Distribuidor

Art. 8º O Distribuidor deverá garantir a qualidade do Etanol Hidratado Combustível a ser comercializado em todo o território nacional e emitir o Boletim de Conformidade com os resultados dos ensaios realizados em amostra representativa.

§ 1º O produto de que trata o caput somente poderá ser liberado para a entrega após a emissão do respectivo Boletim de Conformidade.

§ 2º O Boletim de Conformidade referente ao Etanol Hidratado Combustível comercializado deverá conter:

I - os resultados dos ensaios de determinação das características físico-químicas com indicação dos métodos empregados e os respectivos limites constantes da Tabela VI, conforme Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução;

II - a identificação do tanque e da data da amostragem de produto para emissão do Boletim de Conformidade;

III - a numeração sequencial anual;

IV - a assinatura do profissional de química responsável pela análise do EHC, inclusive quando emitido eletronicamente, conforme legislação vigente, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe.

§ 3º **O Boletim de Conformidade** deverá ficar à disposição da ANP, pelo prazo mínimo de 12 meses, a contar da data de comercialização do produto, bem como, os originais dos Boletins de Análise utilizados na sua composição, para qualquer verificação julgada necessária.

§ 4º A cópia do **Certificado da Qualidade** recebida pelo Distribuidor, no ato do recebimento do Etanol Combustível, deverá ficar à disposição da ANP pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento, para qualquer verificação julgada necessária.

Com a venda direta das Usinas aos postos de abastecimento e a pretendida supressão do distribuidor, estas atividades de **verificação adicional e complementar da qualidade do produto seriam suprimidas**, colocando em risco, a comprovadamente bem sucedida atual cadeia de garantia de qualidade, da qual os distribuidores são elo comprovadamente eficaz.

A RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 19.11.2013 dispõe sobre a necessidade de amostras-testemunhas como uma importante ferramenta para o rastreamento e identificação do responsável pelas não conformidades dos combustíveis comercializados pelo revendedor varejista e pelo transportador-revendedor-retalhista (TRR) e sobre a utilização de lacres nos caminhões-tanque de transporte de combustíveis. Na resolução ANP Nº 9, DE 7.3.2007 e no Regulamento Técnico ANP nº 1/2007 que a acompanha, são estabelecidos procedimentos para amostragem e obtenção das amostras testemunhas nos distribuidores.

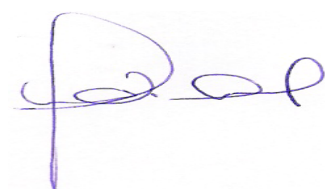
Tais atribuições deverão também ser transferidas para as Usinas produtoras de etanol, para que os resultados esperados por estas medidas continuem a ser assegurados.

3. CONCLUSÕES

- A qualidade dos combustíveis brasileiros, demonstrada pelo seus altos índices de conformidade dos últimos 10 anos, consagra a modelo vigente da cadeia de combustíveis composta pelo indispensável tripé produtor----distribuidor ---- posto revendedor.
- A suscetibilidade a fraudes tem sido superada pela atual estrutura de responsabilidades compartilhadas entre produtores e distribuidores, definidas no atual arcabouço regulatório
- O sucesso deste modelo indica que as atribuições dos distribuidores são imprescindíveis, não devendo portanto serem suprimidas, o que poderia colocar em risco a integridade do modelo em vigor.
- A venda direta das Usinas aos postos de abastecimento e a pretendida supressão do distribuidor, eliminaria a verificação adicional e complementar da qualidade do produto, colocando em risco, a comprovadamente bem sucedida atual cadeia de garantia de qualidade.

Por fim, este parecer vai por mim assinado

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2018

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'P' followed by several loops and a horizontal stroke.